

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17078 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

ENTRE CUIDADOS, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O QUE SOBRA PARA ELAS? UMA ANÁLISE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DE MULHERES BENEFICIÁRIAS/TITULARES DO PBF

Ana Claudia Marochi - UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Alessandro de Melo - UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

**ENTRE CUIDADOS, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O QUE SOBRA PARA ELAS?
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DE MULHERES
BENEFICIÁRIAS/TITULARES DO PBF**

RESUMO: O texto apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no doutorado que teve como problemática central as atividades dos cuidados desenvolvidas por mulheres beneficiárias titulares do Programa Bolsa Família – PBF na cidade de Ponta Grossa/PR. O PBF exige condicionalidades da educação e da saúde, e são as mulheres as principais responsáveis e isso contribui para expropriá-las de outras esferas como a escolarização e o trabalho assalariado. O método da pesquisa baseou-se no materialismo histórico, especialmente nas correntes do feminismo marxista. A metodologia utilizada na pesquisa foi análise de documentos, dados e 564 Fichas de Referenciamento, coletadas nos dez CRAS da cidade. Além disso realizamos 18 entrevistas com mulheres beneficiárias/titulares do PBF. Como resultado, fica claro que para elas sobra muito pouco, pois são elas as que cotidianamente cuidam recebendo valores muito baixos por um trabalho fundamental tendo dificuldades de acessar as outras dimensões, trabalho remunerado e escolarização.

Palavras-chave: Mulheres, patriarcado e capital. Programa Bolsa Família. Trabalho, Educação e Política Social.

A pesquisa foi desenvolvida em nível de doutorado e teve como objetivo central estudar as trajetórias de vida, trabalho e escolarização de mulheres beneficiárias/ titulares do Programa Bolsa Família – PBF na cidade de Ponta Grossa/PR, tendo como método tomamos a teoria social de Marx e como metodologia análise quantitativa e qualitativa de dados, documentos e legislações pertinentes, analisando 564 fichas de referenciamento disponíveis nos dez CRAS na cidade Ponta Grossa/PR e entrevista com 18 destas mulheres. Apesar de o modo de produção capitalista aparecer, à primeira vista, como uma “enorme coleção de mercadorias” (Marx, 2017, p. 113), dizemos, apoiados no marxismo feminista, que nem tudo é mercadoria, e, portanto, nem tudo está no rol do trabalho abstrato produtor de valor. É o caso dos cuidados e os trabalhos domésticos. Não há como pensar a engrenagem do capital sem que estas atividades sejam realizadas cotidianamente. “Portanto, o espaço doméstico familiar é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe

trabalhadora” (Nogueira, 2011, p. 168). Nosso ponto de inflexão não é se devem ou não serem realizadas e pagas, mas quem historicamente as realiza. Cotidianamente, milhões de trabalhadoras e trabalhadores precisam ser alimentadas/os, ter suas roupas lavadas, passadas, para que no dia seguinte estejam disponíveis para venderem a sua mercadoria: a força de trabalho. E diariamente milhões de mulheres, avós, mães, tias, irmãs, filhas, amigas, vizinhas etc., realizam estas atividades voluntariamente, ou, no caso do matrimônio hegemônico monogâmico, “por amor”. Hirata e Kergoat (2007, p. 597) apontam que foi com a tomada de consciência de que “[...] uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível”, que levou a várias iniciativas no campo da luta das mulheres. O perfil das mulheres do PBF na realidade pesquisada, é o de baixa escolarização, não completaram o ensino fundamental na sua grande maioria, abandonaram a escola ou para trabalhar, ainda crianças, ou para cuidar das/os filhas/os; geralmente trabalham informalmente, precarizadas, sem todos os direitos trabalhistas garantidos. Em relação às atividades domésticas, elas continuam sendo as principais responsáveis. Conforme apontam os dados divulgados pelo DIEESE em 2022, as mulheres tem jornada total de trabalho semanal de 3,1h a mais que os homens, sendo que destas horas, eles realizam 10,9h com afazeres domésticos, enquanto elas ocupam quase o dobro, 20,7h semanais com estas atividades, o que: “[...] resulta em menos tempo para o trabalho remunerado e contribui para queda na média dos salários por elas recebidos e para a redução de autonomia financeira” (DIEESE, 2022, p. 3). A divisão sociossexual do trabalho tem suas bases não em uma complementariedade de tarefas, mas em uma relação de poder entre os sexos, com características particulares em que há uma determinação da esfera pública/produzida para os homens e a privada/doméstica/reprodutiva para as mulheres, sendo que os homens ocupam funções com mais valor social agregado (Kergoat, 2009, p. 67). As relações patriarcais e racistas atravessam de forma contundente nossas entrevistadas, resultado “[...] de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica ente os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados” (Cisne, 2015, p. 117). Nossas sujeitas da pesquisa apresentam determinada classe, sexo, raça/etnia bem definidos: são mulheres trabalhadoras pretas/pardas e pobres ou em extrema pobreza, e entendemos estes marcadores como estruturais do modo de produção capitalista. Das dezoito entrevistadas somente três apontaram trabalhar com carteira assinada por mais tempo. As mulheres beneficiárias/titulares do PBF são as que se encontram na relação capital trabalho, em condição de mais exploradas e expropriadas e este processo começa muito cedo. Ao serem perguntadas sobre o trabalho remunerado todas elas iniciaram as atividades laborais muito cedo, algumas ainda crianças e em atividades relacionadas aos cuidados e atividades domésticas, como relatam duas de nossas entrevistadas: “Quando eu era de menor eu trabalhava também de... ah, cuidava de criança” (Maria Firmina. Entrevista II. [nov. 2020]; “Comecei com doze anos de idade, onze para doze anos, cuidava de criança também” (Rose. Entrevista V. [nov. 2020]). Estas mulheres beneficiárias do PBF relatam a preferência por saírem da necessidade do auxílio, em busca de um trabalho remunerado, o que se torna muito difícil de realizar. Esta oportunidade de assalariamento significa em suas vidas dignidade e novas oportunidades, inclusive de entrar no mercado de consumo, como diz uma delas, Maria

Firmina, “de abrir conta em loja”, melhorar de vida, ter segurança financeira, pensar na aposentadoria, adquirir experiência de trabalho, conhecimento, sair da rotina de casa etc. Como dizem outras duas sujeitas da pesquisa: “A gente vê algumas exceção, mas eu com certeza se eu pudesse, até tô atrás de um emprego fixo, eu trocaria sim. Quem que não quer melhorar de vida, né?” (Lélia. Entrevista VI. [nov. 2020]); “E o problema de tá aqui é não trabalhar fichado, porque você tá fichado, você tá seguro, né?” (Laudelina. Entrevista VII. [nov. 2020]). Tanto o trabalho assalariado quanto o doméstico não remunerado produzem e reproduzem subjetividades, disciplinamento, responsabilidades, hierarquia e obediência e que não é possível fazer a análise de um ou de outro sem a perspectiva de sexo/gênero, como aponta Weeks (2020). De fato, conforma a autora, podemos dizer que o trabalho não somente cria valor, mas também o gênero. O trabalho doméstico não remunerado desempenhado por nossas entrevistadas é tido como parte constituinte de suas subjetividades, quase que naturalmente impregnado em seus corpos. Todas, em algum momento da vida realizaram atividades domésticas e de cuidados. Hirata (2015) compreende que há uma dificuldade em avançar para a diminuição das desigualdades entre mulheres e homens nesta esfera. Aponta a autora que o avanço não segue a mesma toada no campo do trabalho assalariado. A sexualização das atividades domésticas e cuidados é também a compreensão de Orozco (2014, p. 165) que afirma que há uma conexão simbólica que vincula a responsabilização de sustentar a vida com o feminino. Ao serem perguntadas como era a divisão das atividades domésticas, relatam que são elas as principais responsáveis por estas atividades, que as/os filhos ajudam, mas, na compreensão delas, este trabalho é obrigação das mulheres realizarem, ou seja, há um processo de internalização deste discurso patriarcal dos cuidados feminizados. Na fala destas mulheres percebe-se que, para elas, a única coisa que aprenderam e são capazes de fazer é cuidar, limpar, lavar, cozinhar. “No caso eu com 7 anos de idade, eu já era dona do lar, né? Tinha que cuidar dos meus dois irmão, lavá roupa, limpar a casa, fazer comida, arrastá o meu pai bêbado do bar. Entendeu? Com medo que alguém machucasse ele, de certo dormia (não sei se é isso) com a cabeça pensava, né?” (Tereza. Entrevista I. [nov. 2020]). “Eu gosto muito de lidar com babá, como eu criei os meus filhos, eu sei mais ou menos, como que é? [...] A gente lida mais com vassoura. Esse ano nós ficamos parados aqui, né? Mas quando nós fazia o trabalho aqui com elas aqui nós aprendemos fazer bordado, pintura. Eu ia fazer o curso lá de cuidador de idoso, né?” (Clara. Entrevista III. [nov. 2020]). Dado o fato de serem atividades feminizadas, estas foram invisibilizadas. Se este tipo de trabalho gerasse mais-valor, seria destinado também aos homens e remunerado. A dissociação do valor é uma clivagem do valor total que defenestra da forma-valor tudo aquilo que é vinculado ao feminino, de modo que as tarefas ‘de mulher’ não são tomadas nas estruturas produtivas e não se convertem em trabalho (abstrato) assalariado, porém, também constituem a totalidade da produção (Leite, 2020, p. 60). Por fim, o âmbito da escolarização é ilustrador de como atividades domésticas e de cuidados interferem na formação escolar das mulheres pobres da classe trabalhadora. Ao contrário das mulheres em geral, que possuem mais escolaridade que os homens, no caso das beneficiárias do PBF, elas deixaram a escola muito cedo e poucas, apesar de esboçarem o desejo de retomar os estudos, veem-se impedidas ou muito prejudicadas por suas condições materiais e/ou simbólicas, com as obrigações

socialmente destinadas a elas, como a família etc. Faltam também políticas públicas que garantam a elas esta esfera da vida social. Todas as entrevistadas reconheceram a importância de estudar, principalmente vinculando a escolarização a uma condição de vida melhor e à possibilidade de arranjar um trabalho assalariado com garantias e menos precário, como relatam duas entrevistadas: “Eu optei por ser mãe, eu passei a gestação inteira indo para aula, eu estudava. Quando eu tive ele, ainda estudei ainda dois meses. Quando ele tinha 2 meses ele ficou com febre daí eu, né? Ou eu sou mãe ou eu sou ou eu cuido do futuro do meu filho ou do meu, né? E parei com tudo, com os estudos, né? Comecei a ser mãe só, né?” (Tereza. Entrevista I. [nov. 2020]); “A minha escola eu estudei até a sétima série, parei porque, como falei pra você, eu trabalhava muito, trabalhava bastante, qualquer coisa que aparecia pra mim eu ia lá... trabalhá lá... pra mim ajudá na casa... diarista, lavoura, comecei com doze anos de idade, onze para doze anos, cuidava de criança também...” (Rose. Entrevista V. [nov. 2020]). O PBF tem como um de seus objetivos o acesso e permanência das crianças e jovens na escola, no entanto, o PBF não tem ações específicas para a escolarização e formação das mulheres beneficiárias/titulares. Nos relatos das nossas entrevistadas quando perguntadas sobre cursos de formação, a linha mestra é a dos cuidados e atividades voltadas à manutenção familiar, como corte e costura, a produção de alimentos, pintura, bordado etc. Apesar de tudo, as mulheres entrevistadas demonstram vontade e esperança em conseguirem retornar aos estudos ou terem empregos melhores: “Eu parei na oitava série, mas eu tenho vontade de voltar a estudar...Quero aprender mais coisas, a gente fica meio leigo, né? Assim do conhecimento hoje em dia, das coisas, né?” (Nísia. Entrevista VIII. [nov. 2020]). Voltando à pergunta que intitula este trabalho: entre cuidados, trabalho e educação: o que sobra para elas? Para elas sobra uma vida em que apenas a sobrevivência cotidiana é o horizonte, e é onde podem encontrar algum lugar no mundo, já que a inserção em outras dimensões do trabalho, do lazer, da cultura e da escolarização são evidentemente dificultados, ou até impossibilitados. Ao mesmo tempo, se sobra pouco para cada uma delas, é evidente que o trabalho que realizam, embora nem seja reconhecido como tal, é fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista, e o fazem sem nada cobrar, a não ser o mínimo que é o recebimento do auxílio do PBF. O Estado, portanto, com este investimento irrisório em termos de orçamento, cumpre importante papel na reprodução deste sistema.

Referências

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

DIEESE. Medida Provisória no 1.116. A questão das mulheres: precarizar mais não resolve desigualdades do mercado de trabalho. **Síntese Especial Subsídios Para Debate**,

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: elefante, 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise no 7/2015**. São Paulo: FES, 2015. p. 1-24.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67- 75.

LEITE, T. S. C. **Crítica ao feminismo liberal**: valor-clivagem e marxismo feminista. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NOGUERIA, C. M. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarkting. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OROZCO, A. P. **Subversión feminista de la economía**: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHOLZ, R. El patriarcado productor de mercancías: tesis sobre capitalismo y relaciones de género. Constelaciones: **Revista de Teoría Crítica**, Madrid, vol. 1, n. 5, pp. 44-60, dez. 2013.

SCHOLZ, R. Crítica da dissociação-valor e teoria crítica. **Revista Exit!**: crise e crítica da sociedade das mercadorias, Lisboa, 2017.

WEEKS, K. **El problema del trabajo**: feminismo, marxismo, políticas contra el trabajo e imaginários más allá del trabajo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.